

SUMÁRIO

LISTA DE ABREVIACÕES.....	23
CAPÍTULO 1	
INTRODUÇÃO	25
CAPÍTULO 2	
SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO, INVESTIGAÇÃO CRIMINAL E PROCESSO PENAL.....	31
2.1. Sociedade da informação: tecnologia, velocidade e tempo	36
2.2. Acesso e tratamento de dados: vigilância e(m) tempo securitário, outro possível traumatismo do nascimento ...	46
2.3. A eficiente e obscena urgência processual penal (?): O domínio da nova racionalidade.....	61
CAPÍTULO 3	
DA INVESTIGAÇÃO À PROVA PENAL E NOVAS TECNOLOGIAS	79
3.1. Investigação criminal: o fundamento existencial ainda existe? A necessidade de um breve resgate	80
3.1.1. Métodos Ocultos de Investigação: Dos preceitos básicos ao recrudescimento e(m) crítica	91
3.1.2. Modernas tecnologias digitais, técnicas de controle e investigação do delito.....	103
3.1.3. A permanente negligência metodológica e procedimental de Investigação e Obtenção da Prova Digital na legislação brasileira	114
3.2. Prova penal e(m) tecnologia científica	120
3.2.1. Prova Penal: Definição de categorias	120
3.2.2. A Prova Penal Digital: conceito e características....	135
3.2.3. Aquisição da fonte de Prova Digital	138
3.2.4. A preservação da cadeia de custódia digital: A necessária comprovação do dado informático como fonte de prova confiável.....	147

CAPÍTULO 4

MALWARE DO ESTADO: UMA (NOVA) METODOLOGIA DE INFILTRAÇÃO NAS INVESTIGAÇÕES INFORMÁTICAS..... 161

- 4.1. Uso de *Malware* pelo Estado, a reserva de lei e a (a)tipicidade probatória na lei processual penal 166
 - 4.1.1. Intercepção telemática efetuada mediante *Malware* (?)..... 172
 - 4.1.2. *Roving Bug*: intercepção entre presentes mediante *Malware*..... 176
 - 4.1.3. Buscas *online*: A recolha de dados por acesso remoto 185
 - 4.1.4. *Malware* e a vigilância *online*..... 193
 - 4.1.5. Investigação por gravação de vídeo ou observação em tempo real..... 200
 - 4.1.6. Investigação por acesso a geolocalização dos dispositivos informáticos 205
- 4.2. Direitos do indivíduo-alvo diretamente afetados pela utilização de *Malware* na investigação criminal tecnológica 209
 - 4.2.1. Direito à proteção da intimidade 209
 - 4.2.2. Do Direito a autodeterminação informativa ao Direito à proteção de dados. 217
 - 4.2.3. Sigilo e proteção das comunicações: Direito Inviolável (?) 225
 - 4.2.4. A integridade e confiabilidade do sistema informático 228

CAPÍTULO 5

CONSIDERAÇÕES FINAIS 237**REFERÊNCIAS 243**